



A EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM SURDEZ: UMA VISÃO A PARTIR DA OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Maria Elena Aquino Dutra ¹
Eladio Sebastián-Herederó ²

RESUMO

O processo de inclusão perpassa por um olhar que enxerga os surdos na sua totalidade, respeitando as diferenças e as características de cada um. O presente estudo tem por objetivo conhecer como ocorre o processo de ensino aprendizagem de um aluno surdo em sala de aula regular, assim como a realidade da escola, as práticas pedagógicas adotadas pelos professores. A metodologia utilizada no estudo foi a investigação de natureza analítica descritiva, baseada na abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a observação simples. Através do estudo foi possível concluir que ainda é preciso ocorrer avanços no que diz respeito a educação inclusiva e a educação de surdos, principalmente com relação ao conhecimento acerca de língua de sinais e a cultura surda, assim como o uso e adaptações de práticas pedagógicas acessíveis aos alunos com surdez.

Palavras-chave: Inclusão. Surdez. Educação.

INTRODUÇÃO

A educação tem um papel primordial na vida dos seres humanos permitindo de certa forma a vida em sociedade. Os mecanismos estruturais responsáveis pela educação seja no âmbito político, econômico, social, cultural e humano passaram por transformações vindo a se modificar no decorrer dos séculos.

No início não eram todos que tinham direito e acesso à educação, com as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, a educação passou a ser um direito de todos, sendo estabelecido por lei. O exemplo a ser citado e discutido neste estudo é com relação a uma mudança essencial e recente ocorrida no meio educacional que é o surgimento do conceito de Inclusão e seus pressupostos, assim como o direito ao acesso das crianças com deficiência as salas de ensino comum.

Em meio a discussão acerca da inclusão e da deficiência está presente o conceito de diferença, que de certa maneira perpassa e está presente no cerne dos dois termos, podendo apresentar mais de um significado dependendo do contexto ao qual está inserido. Com relação as pessoas o termo diferença apresenta polissemias devido as muitas perspectivas revestidas

¹ Acadêmica do Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/FAED) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Brasil, mariaeelena.aquino2@gmail.com;

² Professor Visitante Estrangeiro no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/FAED). Doutor em Educação pela Universidade de Alcalá (Espanha). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Brasil, eladio.sebastian@ufms.br.



pelas práticas sociais que se apoiam em “marcadores” como gênero, etnia, características físicas, mentais e culturais. Sendo assim a diferença pode ser vista pela ótica da experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. (CARVALHO, 2014)

Partindo do pressuposto de que todos tem direito a educação, que a diferença e a diversidade se entrelaçam e fazem parte do contexto social de todos os sujeitos, tendo como objeto de investigação os processos de ensino aprendizagem de alunos surdos no ensino regular surgiram algumas indagações: como ocorre o processo de ensino aprendizagem de uma criança surda em uma sala de ensino regular, considerando que ela se comunica por meio de uma língua diferente dos demais alunos e do próprio professor? Como as disciplinas são mediadas para o estudante através do trabalho do intérprete em sala? Como ocorre a comunicação e a interação entre professor/aluno e aluno/aluno? Professores e alunos utilizam da língua de sinais na sala de aula para se comunicar? Quais as possíveis dificuldades e até mesmo facilidades de comunicação encontradas por parte de professores, alunos, intérprete e demais membros da escola para se comunicar com o estudante surdo?

Pensando na necessidade de encontrar respostas a esses questionamentos buscou-se realizar uma observação em uma sala de aula de ensino comum, de uma escola municipal da cidade de Ponta Porã/MS que possuía um aluno surdo matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental II. O estudo teve por objetivo conhecer como ocorre o processo de ensino aprendizagem de um aluno surdo em sala de aula regular, assim como a realidade da escola e as práticas pedagógicas adotadas pelos professores. Com o estudo pretende-se promover o reconhecimento das propostas pedagógicas encontradas e que incentivam a comunicação e interação entre o aluno surdo, os professores e demais colegas de turma, vindo assim a valorizar as atitudes, metodologias e atividades inclusivas encontradas no espaço escolar.

O processo de inclusão perpassa por um olhar que enxerga os surdos na sua totalidade, respeitando as diferenças e as características de cada um. Nesse sentido, o professor como orientador na mediação do conhecimento é um dos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem e tem um papel relevante na busca pela redução de impasses que surgem durante o processo de aprendizagem, sendo que isto não depende somente dele, mas de todos os que estão envolvidos no meio educacional.

A deficiência não torna a criança um ser com possibilidades a menos, mas que tem possibilidades diferentes para aprender e se comunicar, sendo que os problemas geralmente apontados como característicos da pessoa surda são produzidos pelas condições sociais. (GÓES, 1996).



Partindo da mesma ideia Goldfeld (1997) aponta que o problema do surdo não é orgânico, mas sim social e cultural, as crianças surdas sofrem atraso na linguagem por não terem desde pequenas o contato com a língua de sinais. Desse modo é importante que a sociedade, as instituições de ensino tenham conhecimentos sobre os aspectos da surdez possibilitando que esta não seja vista como um empecilho para a aprendizagem, mas sim como uma diferença, uma característica presente em algumas pessoas. É necessário compreender que a ausência da audição não impede a aprendizagem da criança nem seu desenvolvimento cognitivo e social, pois o mecanismo da comunicação e interação com o mundo é o visual-espacial, portanto é necessário a desconstrução de alguns preconceitos sociais relacionados a surdez.

A escola e os educadores como responsáveis pela mediação do conhecimento tem por função desconstruir esses pré-conceitos elaborados. Mas como fazer isso se muitos educadores têm desconhecimento sobre a surdez e a cultura surda? Segundo Lodi, Mélo e Fernandes (2015) professores alheios a cultura surda e sem o conhecimento da língua de sinais, irão impor a sua língua, conseqüentemente, os estudantes não podem participar com sucesso das propostas bilíngues. A concepção dos autores reforça a ideia da importância de uma formação bilíngue dos educadores, para que as crianças surdas não sejam vistas apenas como pessoas com deficiência, mas sim como sujeitos pertencentes a uma cultura diferente.

O fato da sociedade ver a surdez como um problema está relacionado à dificuldade humana em aceitar conviver com as diferenças, pois este, é mais um problema para o ouvinte do que para o próprio surdo. (GESSER, 2014). Portanto, o fato da sociedade não aceitar o surdo faz com que estes sejam excluídos dos ambientes sociais e educacionais, fazendo com que muitos fiquem a margem da sociedade, principalmente dentro das instituições escolares, fortalecendo assim o fracasso e a exclusão escolar.

Alguns avanços na legislação acerca da inclusão e educação de surdos no Brasil

No ano de 2002 com o decreto nº 10.436/02 a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como a forma de comunicação e expressão dos surdos no Brasil, no ano de 2005 com o decreto 5.626/05 incluiu-se a Libras como componente curricular obrigatório dos cursos de formação de professores, assim estabeleceu-se a formação do professor de Libras e do instrutor. No artigo 13 do decreto também, ficou definido que os cursos de formação de professores para educação infantil e anos iniciais, nível médio e superior e os cursos de licenciatura em Letras deveriam ter em seu currículo o ensino da modalidade escrita da Língua



Portuguesa como segunda língua para surdos, já que a modalidade de Libras não poderia substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

No ano de 2008 os surdos tiveram a aprovação da Lei nº11.796 que sanciona o dia nacional dos surdos, em 2010 cria-se a Lei nº12.319 que passa a regulamentar a profissão do tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), promovendo um avanço para a inclusão dos surdos em alguns setores da sociedade.

Em Julho de 2015 é sancionada a Lei nº13.146 que em seu artigo 28, inciso X e XI estipula que o poder público tem por função adotar práticas pedagógicas inclusivas pelos projetos de formação inicial e continuada de professores além de ofertar formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; assim como formar e disponibilizar tradutores e intérpretes de Libras, guias intérpretes e profissionais de apoio.

Através da legislação descrita acima é possível salientar que a luta dos sujeitos, dos movimentos e das comunidades surdas tiveram efeito no decorrer dos anos e que este expandiu-se mais ainda a partir do surgimento do movimento de inclusão.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo foi a investigação de natureza analítica descritiva, baseada na abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a observação simples. Segundo Gil (2008) as pesquisas descritivas tem por objetivo descrever características de uma população, fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis e são geralmente utilizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática

A coleta de dados foi realizada através da observação simples das aulas ministradas pelos professores em uma sala de aula do 7º ano do Ensino Fundamental II durante 4 dias consecutivos no período matutino no horário das 07:00h as 11:20h, os fatos, acontecimentos e atividades observadas foram registrados pelo pesquisador em um caderno de notas. Na observação simples o pesquisador se mantém alheio a comunidade, grupo ou situação ao qual estuda, observa de maneira espontânea os fatos que ocorrem, indo além da simples constatação de fatos, do qual o registro se faz por meio de diários ou caderno de notas. (GIL, 2008)

Após a coleta de dados foi realizada uma análise crítica acerca das práticas e atitudes observadas durante as aulas, levando em consideração todo o contexto da sala de aula e a região a qual a escola se localiza, fundamentando a crítica estabelecida com autores que discutem acerca da inclusão e da surdez.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola participante da pesquisa está localizada em uma região periférica da cidade de Ponta Porã MS onde a maioria dos alunos se encontra em situação de vulnerabilidade social. De acordo com o PPP (2015) a instituição tem como objetivo intensificar o desenvolvimento de ações cooperativas para melhoria do processo de ensino/aprendizagem, assim como a missão de ser uma escola comprometida com a qualidade, levando os estudantes a terem uma atuação crítica, participativa, sendo formados para vencer os desafios da sociedade moderna, tendo como valores o respeito, a transparência e a participação.

Uma das formas de tornar a escola inclusiva é através do currículo, de acordo com Sacristán (2013) o currículo tem uma capacidade e um poder de inclusão que permite ser um instrumento essencial para falar, discutir e contrastar visões sobre o que acreditamos ser a real educação, nos serve para imaginar o futuro, reflete o que queremos que os alunos aprendam, assim como mostra o que desejamos e o que acreditamos ser melhor para eles. Portanto, para que a escola atinja seus objetivos, o currículo precisa atender a todos os preceitos propostos pela educação inclusiva.

Segundo informações prestadas pela direção da escola participante da pesquisa, a inclusão é algo presente na instituição, principalmente no que diz respeito a surdez, pois após a chegada do aluno surdo, a escola desenvolveu um projeto para o ensino e aprendizagem de Libras aos alunos da sala onde estava matriculado o aluno com surdez. Por meio do relato é possível dizer que a instituição tem buscado formas de promover a inclusão e acessibilidade, criando mecanismos que contenha propósitos inclusivos.

Apesar de haver interesse pela melhoria, a instituição enfrenta alguns problemas, pois a sala do 7º ano onde foi realizada a observação era composta por pouco espaço, dificultando a locomoção dos alunos e professores. No que diz respeito a presença da língua de sinais no ambiente da sala de aula, não havia nenhum cartaz ou banner contendo informações em Libras, assim como em nenhum outro espaço da escola.

Para Carvalho (2014) a escola será um espaço inclusivo se as dimensões físicas, salas de aula, dependências administrativas, áreas externas, onde os espaços que envolvem sua arquitetura e sua engenharia, possibilitarem acessibilidade física, facilitando autonomia, principalmente aos alunos com deficiência. Sendo assim, a acessibilidade física ou visual dentro do espaço escolar é de extrema importância para facilitar a comunicação entre todos os



membros da comunidade escolar, principalmente quando a instituição possui estudantes que se comunicam em outra língua.

As observações realizadas na instituição escolar perpassaram pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física e Educação Financeira. No primeiro dia foram observadas as aulas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo que na primeira disciplina os alunos estavam assistindo ao filme “O milagre de Anne Sullivan”, que conta a história de vida da surdocega Helen Keller, algo observado foi que o mesmo não tinha descrição em Libras.

Na disciplina de Matemática estava sendo trabalhado os tipos de ângulos, dos quais os conceitos foram colocados no quadro para que os alunos copiassem no caderno, durante as explicações e realização das atividades em torno do tema não houve interação entre professor/aluno, apenas entre intérprete/aluno. O auxílio na resolução das atividades eram realizadas pelo intérprete, do qual o professor questionava a ele sobre a realização das atividades, em certos momentos percebia-se que o intérprete tinha certa dificuldade acerca da explicação sobre o tema da aula, com relação as correções da atividade, as mesmas eram realizadas de forma individual pelo professor.

Durante a aula de Educação Financeira não houve nada escrito, apenas explanado. A atividade proposta nesta aula foi da elaboração de um projeto acerca da sustentabilidade, onde os alunos foram divididos em duplas, e o aluno com surdez ficou junto com uma das colegas que sabia Libras, mas durante a explicação do projeto não houve interpretação por parte do intérprete, o mesmo foi realizado pela colega.

O segundo dia de observação foi realizado nas disciplinas de Geografia, Língua Espanhola, História, Língua Portuguesa e Educação Física. Na aula de Geografia houve a utilização de texto impresso para leitura e realização de atividades em forma de questionário. Na aula de Língua Espanhola, o texto foi escrito no quadro para que os alunos copiassem no caderno, assim como as questões acerca do texto, o tema que estava sendo discutido era sobre os cuidados no trânsito.

Em Língua Portuguesa, teve a continuação do filme que os alunos estavam assistindo anteriormente. Na disciplina de História o texto em discussão era sobre mineração, ouro e diamante, o mesmo também foi escrito no quadro, tendo posteriormente a explicação de forma expositiva. Nessa aula houve ausência do intérprete por um longo período de tempo. Durante a aula de Educação Física não houve interpretação por parte do intérprete, pois o mesmo não estava presente, a professora trouxe duas pessoas de uma faculdade da cidade, do qual fizeram



um convite para participação em jogos de handebol e futsal, após a explicação a mesma liberou os alunos que possuíam notas bimestrais na média e os que não tinham permaneceram na sala. O aluno com surdez foi liberado para ir para a quadra, onde permaneceu jogando bola sozinho até o final da aula.

No terceiro dia a observação foi realizada, mas o aluno surdo e o intérprete não compareceram à aula. O quarto dia teve a observação das aulas de Matemática, Língua Espanhola, Ciências e Geografia. Na aula de Matemática houve apresentação de seminário por parte dos alunos sobre os tipos de ângulos, onde teve a apresentação do aluno com surdez, com ajuda do intérprete. O auxílio do intérprete foi essencial para a realização e apresentação da atividade do aluno.

A aula de Espanhol foi expositiva e tratava sobre super-heróis e a origem de alguns personagens. A disciplina de Ciências era sobre o reino vegetal, as plantas e suas funções, a professora trouxe um texto impresso, com alguns exercícios para responder, mas antes fez uma explicação expositiva sobre o tema, onde solicitou que o intérprete sentasse na frente do aluno para fazer a interpretação da explicação, nessa aula houve um pouco da interação professor/aluno. Já a aula de Geografia houve explicação expositiva sobre a região Centro Oeste e região Norte, com realização de algumas questões copiadas do quadro e correção individual pela professora.

Durante as observações foi possível conversar com alguns professores, onde os mesmos relataram que possuem dificuldades para lidar com os alunos, pois alguns não tinham idade compatível com a turma, ou eram reprovados ou transferidos de outra escola, possuindo dificuldades de aprendizagem. Com relação ao aluno com surdez, a professora de Matemática disse ter dificuldade em lidar com o mesmo quando o intérprete não vinha, pois ela não sabia como se comunicar com o aluno, ela também salientou que as notas do aluno melhoraram muito com a presença no intérprete nas aulas.

O profissional intérprete surgiu a partir de ações de voluntariado, reconhecendo a necessidade da comunidade surda ter uma pessoa para auxiliar no processo de comunicação, e para que isso fosse possível foi preciso haver a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Quando a língua de sinais passou a ser reconhecida de fato como língua, os surdos começaram a ter acesso a ela enquanto direito linguístico, sendo assim as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade por meio do profissional intérprete. (MEC, 2004)

Um estudo realizado por Sousa (2015) pontua sobre o papel e a importância do intérprete na vida educacional dos surdos nas escolas de ensino comum. Neste estudo a autora



destaca que o intérprete estabelece a intermediação comunitária entre os usuários de Libras, interpretando a língua oral para a gestual, interpretando fielmente e com emoção. Sendo assim, o auxílio de um profissional intérprete dentro da sala de aula comum onde existam alunos com surdez é de extrema importância, pois ele é que dará suporte para que o estudante surdo possa ter acesso ao currículo e aos conteúdos ministrados.

Segundo Lacerda (2013) ao estar dentro da escola o intérprete passa a fazer parte deste espaço, promovendo a interação entre ouvintes e surdos, sejam eles estudantes ou professores, seu papel e limites de atuação precisam ser esclarecidos com o professor, para que essas interações não gerem conflitos. Portanto, o papel de intérprete não deve ser confundido com o papel do professor, mas isso não quer dizer que eles não possam trabalhar no coletivo.

O intérprete poderá atuar em conjunto com o professor no que diz respeito a educação da criança surda, levantando questionamentos, inquietações, tirando dúvidas e buscando soluções para a melhor aprendizagem do estudante surdo. Para que isso ocorra é necessário que ambos planejem a aula juntos, assim como é necessário que o intérprete educacional tenha preparo para atuar como educador, estando atento as dificuldades da criança, buscando novas formas de mediação e construção do conhecimento. O mesmo precisa conhecer o conteúdo que será ministrado, tendo acesso a metodologia utilizada pelo professor nas diferentes temáticas todavia, o papel de educador/professor não pode recair sobre o intérprete. (LACERDA, 2013)

Diante das colocações da autora, dentro da sala de aula, cada um têm seu papel, mas isso não quer dizer que cada um faz seu trabalho separado, tudo precisa ser planejado em conjunto, para que o professor e o intérprete possam auxiliar o aluno na compreensão e na construção do conhecimento. Além dessas observações a autora pontua que nem sempre a presença do intérprete dentro da sala de aula pode ser a solução, se as práticas pedagógicas não forem acessíveis, o intérprete não é a solução para todos os problemas em uma classe que exista um estudante com surdez.

Além da importância da presença do intérprete na sala de aula onde existem alunos com surdez, um outro fator relevante que deve ser levado em consideração para a aprendizagem é a interação entre professor/aluno. É o professor que irá possibilitar, criar ou adaptar meios ou instrumentos que promovam a aprendizagem dos estudantes, portanto é preciso que o professor utilize de técnicas ou práticas pedagógicas que sejam acessíveis ao surdos. Mas somente a existência de materiais acessíveis não é o suficiente, pois de acordo com a Teoria Histórico Cultural, o conhecimento é construído através das relações sociais.



Um dos elementos no processo de mediação são as técnicas pedagógicas, os demais dependem da ação do professor, como sua forma de tratar os conteúdos, a ligação destes com a vida dos estudantes e com o contexto social, assim como sua atitude profissional, o relacionamento entre professor/alunos e até mesmo entre os próprios alunos. (GASPARIN, 2015). Por mais que os professores tenham dificuldade em se comunicar com os estudantes com surdez, o contato, a socialização, a comunicação e a interação entre os mesmos precisa ocorrer.

Goldfeld (1997) afirma que: “É a partir das relações sociais que a criança aprenderá e para onde o seu desenvolvimento seguirá.” (p. 70). No caso observado havia interação entre os alunos, mas não ocorria interação do professor com o aluno surdo, isso ficava a cargo do intérprete, tal fato estava de certa forma prejudicando o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo e que poderia estar passando despercebido pelos educadores.

Apesar da instituição escolar buscar meios para promover a acessibilidade e inclusão do aluno, a mesma ainda se encontra paralisada diante de algumas situações como a formação continuada dos professores, principalmente os que atuam com alunos surdos. Uma pesquisa realizada por Catanhoto (2014) mostra que algumas instituições procuram inserir e adaptar-se a ideia de um currículo inclusivo e que perpassa por todas as partes da escola, desde a sala de recursos até a sala de ensino regular comum, mas essa busca ainda enfrenta algumas dificuldades como a falta de formação e o uso de práticas pedagógicas descontextualizadas e fragmentadas. Mas mesmo existindo esses impasses ainda existem educadores que buscam meios para se adequar e introduzir práticas que sejam verdadeiramente inclusivas.

Em um estudo realizado por Santos (2011) onde se observou surdos oralizados, surdos que utilizavam apenas gestos caseiros e surdos que utilizavam língua de sinais, os educadores entrevistados reconheceram estar despreparados para receber as crianças surdas, assim como disseram ter consciência que a não aquisição da Libras gerava implicações negativas na aprendizagem das crianças e no ensino futuro, havendo necessidade de um conhecimento maior sobre a surdez e a cultura surda. Os mesmos também relataram sobre a necessidade de um maior investimento por parte das secretarias de educação em cursos de formação continuada que dêem ênfase ao tema da surdez, assim como trabalhar práticas inclusivas que atendam os alunos que utilizam da Libras para se comunicar.

A inclusão no espaço escolar vai além das ações do processo ensino-aprendizagem, depende de várias mudanças como: acessibilidade física, atitudinal; qualidade na formação inicial e continuada dos professores; mudança no papel político-social da escola; fornecimento



de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros; valorização do magistério, entre outras ações. (CARVALHO, 2014)

Os processos de formação continuada são necessários para auxiliar e complementar as práticas dos professores, mas também é preciso que haja muitas mudanças, tanto na estrutura escolar, nas políticas públicas e linguísticas e nos próprios educadores. Os mesmos precisam repensar suas práticas, sempre elaborando o planejamento de forma a incluir todos os alunos, levando em consideração as características e capacidades de cada aluno. Esse trabalho pode ser feito juntamente com os demais professores, assim como com o auxílio e participação do intérprete de Libras e dos demais membros da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo foi possível notar que ainda é preciso haver muitos avanços por parte de alguns professores, assim como das instituições escolares com relação a presença de alunos surdos em salas de ensino regular e a sua inclusão, assim como também percebe-se que ainda é necessário que haja avanços dentro das escolas e na própria sociedade no que diz respeito ao conhecimento sobre a cultura surda.

Durante as observações em sala foi possível perceber que os professores tem dificuldade em lidar com os alunos com uma necessidade educacional diferente das demais, principalmente com os surdos, que utilizam de outra língua para se comunicar, língua essa que é desconhecida pela maioria dos sujeitos presentes no contexto escolar.

No que diz respeito a inclusão ficou percebido as dificuldades que a escola e os professores ainda tem para lidar com o tema, apesar de estar sendo discutido com abrangência no meio escolar. Apesar de estar presente no currículo, ainda existem divergências quanto ao entendimento com relação ao conceito e a sua implementação no meio educacional.

No que diz respeito a inserção da Libras no contexto escolar da sala de aula, na escola observada ficou percebido que a inclusão por parte de alguns estudantes e professores ocorre de forma lenta, e que ainda há a necessidade de uma formação continuada para os professores que atuam com crianças surdas, pois apesar da presença do intérprete ainda é necessário que os professores sejam bilíngues para que haja uma melhor comunicação e interação entre professor/aluno. É necessário que exista a interação, o contato e a comunicação entre professor e estudante, para que a aprendizagem seja significativa e condizente para todos.

Apesar de haver mudanças na legislação escolar no que diz respeito a presença da língua



de sinais, fica claro que a língua majoritária nas salas de ensino regular ainda é a da cultura ouvinte, ou seja, a que prevalece e a língua oral, na maior parte do tempo em que ocorre o processo de ensino aprendizagem e de comunicação em salas de aula com alunos surdos. Na escola observada, apesar de existir o intérprete e as crianças da sala saberem a língua de sinais para se comunicar com o estudante surdo, notou-se que quase todos os professores que entravam na sala para ministrar aula, não sabiam a língua de sinais, assim como no momento em que se remetiam a algo relacionado aos alunos e as disciplinas ou atividades realizadas, os professores se reportavam ao intérprete e em nenhum momento perguntavam algo olhando e se comunicando diretamente com o estudante.

Situação que está relacionado diretamente ao fato dos educadores desconhecerem a língua de sinais. Além da dificuldade de comunicação entre professor/aluno, também foi possível notar que as metodologias utilizadas ainda estão direcionadas especificamente para alunos ouvintes, poucas ainda são as atividades ou metodologias utilizadas que atendam a todos de forma inclusiva.

Portanto, podemos concluir que ainda é preciso ocorrer muitos avanços no contexto escolar, principalmente no que diz respeito a inclusão e a surdez, assim como ainda é preciso desconstruir preconceitos acerca da inclusão, da língua de sinais e da cultura surda, para que esta seja vista não somente pelo olhar clínico, mas também pelo viés cultural e social. Além desses avanços também é relevante pensar na importância da introdução de metodologias e materiais acessíveis a todos os estudantes, principalmente os surdos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em out. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em out. de 2020.



BRASIL. **Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008.** Institui o dia Nacional dos Surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm. Acesso em out. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em out. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em out. de 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 6º Edição, Porto Alegre, Ed. Mediação, 2014.

CATANHOTO, Larissy Alves. **Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar.** Tese (Doutorado) em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2188>. Acesso em Out. de 2020.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica.** 5º ed. rev. Campinas, SP, Autores Associados, 2012.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** Editora Parábola, São Paulo, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista.** São Paulo, Editora Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina B. F de. **O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.** In. (Org.) LODI, Ana Claudia B. [et al.]. Letramento e Minorias. 6º Edição, Porto Alegre, editora Mediação, 2013.

LODI, Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** 2ª edição, Porto Alegre, Editora Mediação, 2015.

SACRISTÁN. Gímeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** (Tradução) ARROYO, González; SALVATERRA, Alexandre. Porto Alegre, Editora Penso, 2013.

SANTOS, Adriana Dantas Wanderley dos. **A educação dos surdos na cidade de Salvador: reflexões sobre suas particularidades linguísticas e os serviços oferecidos nos primeiros anos escolares.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11872>. Acesso em mar. de 2020.

SOUSA, Viviane. A Importância do Papel do Intérprete de Libras no Processo de Aprendizagem do Aluno Surdo em Sala de Aula nas Escolas de Ensino Comuns. **Cadernos da Fucamp**, v.14, n.20, p.168-181/2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/635-2315-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/635-2315-1-PB%20(1).pdf). Acesso em Out. 2020.